



Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

Este documento foi elaborado Núcleo de Planejamento de Compras Públicas, auxiliado pela respectiva Secretaria do Município de Monte Sião - MG, a fim de garantir que as contratações estejam em consonância com as necessidades relativas às perfeitas prestações de serviços e aquisições de insumos, atendendo os requisitos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a, b, c, d, e, f, g, h, i, j”, da Lei 14.133/21, tal qual o art. 40, § 1º, incisos I, II, e III desta mesma legislação. Ademais, é importante frisar que este é um acessório que visa o detalhamento da solução apontada no Estudo Técnico Preliminar, que por sua vez foi embasado nas necessidades aferidas pelo Documento de Formalização de Demanda.

1. OBJETO (conforme art. 6º, XXIII, “a”, da Lei 14.133/21): Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços concernentes a conservação/instalação de ar condicionado e climatizador, a fim de proporcionar condições ideais de serviço, atendimento e estudo dentro dos prédios públicos.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS (conforme art. 6º, XXIII, “a”, e art. 40, § 1º, Inciso I, da Lei 14.133/21):

Tabela 01 Quantitativo mensurado

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Médio	Valor total
001	209	SV	Instalação de ar condicionado: realização do serviço completo de instalação de equipamentos de ar- condicionado, abrangendo desde a análise técnica do ambiente e carga térmica até o fornecimento de materiais necessários, como tubulações, suportes, fiação e disjuntores. A instalação deve incluir ajustes e nivelamento, ligação elétrica segura, testes de funcionamento e orientações de uso ao cliente, assegurando eficiência e durabilidade dos equipamentos.	R\$ 1.497,00	R\$ 312.873,00
002	712	SV	Manutenção de ar condicionado: serviço especializado que contempla a limpeza, inspeção e ajustes periódicos dos componentes do sistema de climatização, como filtros serpentinas, condensadores e bandejas de drenagem, para garantir o funcionamento adequado. Inclui a verificação de níveis de gás refrigerante, testes de eficiência energética e correção de falhas menores, além de proporcionar diagnóstico detalhado para ações corretivas futuras, quando necessário. Os materiais necessários serão de	R\$ 793,69	R\$ 565.107,28





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			fornecimento e responsabilidade da empresa.		
003	5	SV	Substituição de ar condicionado: substituição de equipamentos de ar-condicionado obsoletos ou danificados por novos modelos, englobando o desmonte seguro dos aparelhos antigos e a destinação ambientalmente responsável dos mesmos. O serviço inclui a instalação dos novos equipamentos, realização de todos os ajustes técnicos e testes necessários para garantir um desempenho ideal, além de documentação técnica do processo. Os materiais necessários serão de fornecimento e responsabilidade da empresa.	R\$ 1.497,00	R\$ 7.485,00
004	1	SV	Manutenção de climatizador: serviço técnico preventivo e corretivo para climatizadores, com foco na limpeza e inspeção de componentes como filtros, reservatórios de água, ventiladores e bombas. O processo inclui ajustes técnicos para otimização do desempenho, aplicação de produtos antissépticos e verificação de peças que possam comprometer o funcionamento, assegurando um ambiente mais confortável e saudável. Os materiais necessários serão de fornecimento e responsabilidade da empresa.	R\$ 333,33	R\$ 333,33
TOTAL GERAL					R\$ 885.798,61

Fonte: Equipe técnica.

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.2 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, e art. 40, § 1º, Inciso I, da Lei 14.133/21):

4.1. No momento, grande parte dos prédios do município indis põe de meios para provisionar o conforto térmico necessário para a operação regular de um ambiente de trabalho ou mesmo atendimento ideais. Logo, os colaboradores tendem a sentir calor excessivo, o que torna o ambiente desconfortável, afetando negativamente a moral e o bem-estar. Temos também que





Prefeitura do Município de Monte Siao

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

em temperaturas elevadas, as pessoas estão mais inclinadas a sensação de cansaço, o que diminui a concentração, podendo levar à redução na eficiência e qualidade do trabalho, além de aumentar a chance de erros. Não só isso, mas a falta de ventilação adequada pode resultar em acúmulo de odores e diminuição da qualidade do ar, resultando em um ambiente mais insalubre, como também expõe colaboradores a possibilidade de desenvolvimento de problemas de saúde relacionados ao calor, como os respiratórios. Sobretudo, trabalhar em um ambiente desconfortável pode gerar estresse adicional, impactando tanto na motivação quanto na satisfação no trabalho, além de contribuir para um clima organizacional negativo. Não só isso, mas essas mesmas consequências podem ser visualizadas em ambientes estudantis, visto o desgaste físico e emocional proporcionado.

Esses problemas de climatização afetam escolas, pois causam desconforto, dificultando a concentração dos alunos e reduzindo o rendimento escolar. O calor excessivo pode levar à desidratação, fadiga, irritabilidade e até problemas de saúde, como tontura e desmaios, progredindo ao favorecimento da disseminação de doenças respiratórias, aumentando o absenteísmo. Além disso, professores enfrentam dificuldades para ministrar aulas de forma eficaz, impactando a qualidade do ensino. A longo prazo, esse ambiente desfavorável pode contribuir para a evasão escolar e comprometer o bem-estar de toda a comunidade acadêmica.

Já em locais de atendimento à saúde a falta de artifícios de melhoria do ambiente compromete o conforto de pacientes e profissionais, agravando o estado de saúde de pessoas debilitadas, visto a possibilidade de piorar sintomas de doenças crônicas, especialmente em idosos e crianças. Além disso, a má ventilação favorece a proliferação de vírus e bactérias, aumentando o risco de infecções hospitalares. Para os profissionais de saúde, a alta temperatura pode gerar fadiga, reduzir a produtividade e impactar a qualidade do atendimento, dificultando a prestação de serviços essenciais à população.

Desta maneira, a inércia da administração pública quanto ao assunto em questão constitui uma clara violação a Constituição Federal de 1988, que garante direitos fundamentais para a saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores, assegurado por meio de seu art. 7º, inciso XXII, que visa a proteção contra riscos inerentes ao trabalho e condições de trabalho salubres.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, XXIII, “c”, da Lei 14.133/21):





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, e art. 40, § 1º, Inciso III, da Lei 14.133/21):

6.1. Sustentabilidade:

6.1.1. Os materiais relacionados a execução do contrato devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

6.2. Garantia:

6.2.1. O contratado será obrigado a refazer, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos serviços registrados em contrato;

6.2.2. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

6.2.4. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.2.5. A falta de insumos, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas;

6.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/21, comunicando-se a empresa para emissão da nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3. Recebimento dos serviços:

6.3.1 Os serviços prestados deverão ser prestados nas localizações inseridas nas Autorizações de Fornecidas pela Secretaria correspondente, sendo em diversos prédios públicos do município de Monte Sião-MG, podendo ser realizado no horário que os funcionários locais definirem;





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3.2 O prazo de realização das atividades é de 15 (cinco) dias, contado à partir do envio da Autorização de Fornecimento;

6.3.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/refeitos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.4. Especificações:

6.4.1. Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela 01 e descrições do Estudo Técnico Preliminar, que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor;

6.4.2. A prestação deve ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

6.4.3. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, da Lei 14.133/21):

7.1 Obrigações da contratante

7.1.1 Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução, para que seja refeito;

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem





Prefeitura do Município de Monte Siao

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2.1 Efetuar a prestação dos serviços de maneira precisa, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.2.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “F”, da Lei 14.133/21):

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

8.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, defeitos derivado da execução do serviço, uma vez que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei 14.133/21)

9.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura, em parcelas correspondentes a execução da prestação, sendo comumente feita por mês, porém ficando a critério da contratada essa decisão. A contratada deverá apresentar a Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração, conforme fiscalização descrita no Item 8 e seus subitens.

9.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis (prazo legal para compras que envolvam recursos federais) para fins de liquidação, na forma de seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se à possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei N.º 14.133/21.

9.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentando expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

9.3.1. O prazo de validade;

9.3.2. A data de emissão;

9.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.3.5. O valor a pagar; e

9.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.13. Constatando-se a situação de irregularidades do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento dos seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da liquidação da despesa da despesa.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei 14.133/21)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com a doção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR.

10.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.1 Habilitação Jurídica:

a. Registro comercial, no caso de empresa individual;

b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

10.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de inscrição no CNPJ/MF;

b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.

c. prova de regularidade (Certidão(ões) de Quitação de Tributos inscritos E não inscritos em Dívida Ativa) para com a Fazenda Nacional/INSS, Estadual (para as empresas situadas no Estado de São Paulo são duas certidões distintas, verifique conforme seu Estado) e Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;

d. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR) – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

g. Caso algum documento fiscal esteja vencido, será concedido o prazo de cinco dias úteis, conforme a Lei Complementar nº. 123/06, às licitantes que comprovarem estar enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06.

10.3.3 Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

a. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

b. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

d. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

e. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

f. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

g. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

h. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

i. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

j. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.4 Habilitação técnica:

a. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente;

b. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50 %, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

c. Os atestados de capacidade operacional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

d. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.4 Para demais situações:

a. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

i. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

ii. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

iii. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

iv. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

v. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

vi. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: **a)** ata de fundação; **b)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; **c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; **d)** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; **e)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e **f)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

vii. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

b. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

i. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

c. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, juntamente com a proposta escrita, que:

10.5.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

10.5.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.5.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original OU por cópia.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei 14.133/21)

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 885.798,61 (oitocentos e oitenta e cinco mil e setecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei 14.133/21)

12.1. As despesas decorrente da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguinte dotações orçamentária:

12.1.1 Até a presente data, não foi elaborado o Plano de Contratações Anual para o ano de 2025, que trata o art. 12, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Contudo, o objeto deste documento está caracterizado no calendário de compras vigente, disponibilizado no início do ano





Prefeitura do Município de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ

CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

de 2025, denominados como “Instalação e Manutenção de Ar Condicionado”, logo, sabida necessidade de aquisição dos itens e demais imprescindibilidades previstas para o exercício atual, segue abaixo as especificações necessárias para o amparo orçamentário e estratégico do conteúdo em pauta: **Programa:** 0001 – Gestão Pública de Qualidade; **Ação:** 2004 – Gestão de Atividades – Administração; **Ficha:** 066 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 1.289,05. **Programa:** 0018- Gestão Compartilhada; **Ação:** 2027- Gestão das Atividades Diretoria de Educação; **Ficha:** 311 – 3.3.90.40.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 91.750,00. **Programa:** 0021- Despertando para o Saber; **Ação:** 2013- Gestão das Atividades Ensino Fundamental- Manutenção do Ensino; **Ficha:** 322 – 3.3.90.40.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 265.976,73. **Programa:** 0019- Cuidando, Brincando e Aprendendo- Creche; **Ação:** 2029- Manutenção das Atividades de Creches; **Ficha:** 348 – 3.3.90.40.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 178.275,75. **Programa:** 0020- Descobrindo o Mundo – Pré-Escola; **Ação:** 2033- Gestão das Atividades da Pré-Escola; **Ficha:** 363 – 3.3.90.40.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 177.930,90. **Programa:** 0076 – Gestão de Qualidade; **Ação:** 2287 – Gestão das Atividades - Turismo; **Ficha:** 542 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo:** R\$ 153.000,00.

Monte Sião, 12 de fevereiro de 2025.

Edir Donizete Vergílio Veronez
Secretaria Municipal de Administração

André de Godoy
Secretaria Municipal de Saúde

Ana Claudia Pennacchi Taveira
Secretaria Municipal de Educação

Marcela Cristina Renção Zucato
Secretaria Municipal de Assist. Social

Rodrigo de Castro Ribeiro
Secretaria Municipal de Turismo





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

47B9EE631F894A65B96B061B800DF5C5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/47B9EE631F894A65B96B061B800DF5C5>